



# DIREITO À MORADIA E LAÇO SOCIAL: NARRATIVAS MEMORIALÍSTICAS NA OCUPAÇÃO CAROLINA MARIA DE JESUS

DERECHO A LA VIVIENDA Y VÍNCULOS SOCIALES: NARRATIVAS  
MEMORIALÍSTICAS EN LA OCUPACIÓN CAROLINA MARIA DE JESUS

RIGHT TO HOUSING AND SOCIAL BOND:  
NARRATIVE MEMOIRS IN THE CAROLINA MARIA DE JESUS OCCUPATION

Maria Luiza Marques Cardoso<sup>1</sup>  
Maria Clara Teodoro Costa Pinto<sup>2</sup>

---

**RESUMO:** Frente ao contexto de déficit habitacional e à falta de garantia do direito à moradia no Brasil, esta pesquisa se dedicou a compreender, junto de pessoas moradoras da uma ocupação urbana, as diferentes formas de apropriação da própria história de vida. Para tanto, foi realizada uma investigação de campo qualitativa com a utilização do método Narrativas Memorialísticas, que implicou pesquisadores, entrevistados e artistas convidados em uma topologia horizontal para a coprodução dos dados da pesquisa. As análises produzidas fundamentaram-se em operadores teóricos oriundos da psicanálise, em especial os conceitos de desamparo, vulnerabilidade e laço social. Os resultados permitiram identificar que, mesmo frente a situações de exclusão e precariedade em que algumas vidas são lançadas, a possibilidade de construção do laço social constitui uma saída possível e protetiva.  
**PALAVRAS-CHAVE:** Direito à Moradia; Ocupação Urbana; Vulnerabilidade Social; Desamparo; Laço Social.

**RESUMEN:** Frente al contexto de déficit habitacional y a la falta de garantía del derecho a la vivienda en Brasil, esta investigación se dedicó a comprender, junto a personas residentes de una ocupación urbana, las diferentes formas de apropiación de la propia historia de vida. Para ello, se realizó una investigación de campo cualitativa utilizando el método de Narrativas Memorialísticas, que implicó a investigadores, entrevistados y artistas invitados en una topología horizontal para la coproducción de los datos de la investigación. Los análisis producidos se fundamentaron en operadores teóricos provenientes del psicoanálisis, especialmente los conceptos de desamparo, vulnerabilidad y lazo social. Los resultados permitieron identificar que, incluso frente a situaciones de exclusión y precariedad a las que algunas vidas son arrojadas, la posibilidad de construir el lazo social constituye una salida posible y protectora.

**PALABRAS CLAVE:** Derecho a la Vivienda; Ocupación Urbana; Vulnerabilidad Social; Impotencia; Vínculo Social.

**ABSTRACT:** In the context of Brazil's housing deficit and the lack of guarantee of the right to adequate housing, this research sought to understand, together with residents of an urban occupation, the different ways in which individuals appropriate their own life stories. To this end, a qualitative field investigation was carried out using the Memorial Narrative method, which involved researchers, interviewees, and invited artists in a horizontal topology aimed at the co-production of research data. The analyses were grounded in theoretical operators derived from psychoanalysis, particularly the concepts of helplessness, vulnerability, and social bond. The results made it possible to identify that, even in situations of exclusion and precariousness to which some lives are subjected, the possibility of constructing a social bond constitutes a viable and protective path.

**KEYWORDS:** Right to Housing; Urban Occupation; Social Vulnerability; Helplessness; Social Bond.

---

---

<sup>1</sup> Doutora em Psicologia pela PUC Minas com estágio doutoral na Universidade de Lisboa. Professora da Faculdade de Psicologia da PUC Minas. [mcluiza@gmail.com](mailto:mcluiza@gmail.com)

<sup>2</sup> Bacharel em Psicologia pela PUC Minas. [maria\\_claratheo@hotmail.com](mailto:maria_claratheo@hotmail.com)

## 1 INTRODUÇÃO

O artigo 6º da Constituição Federal de 1988 define que no Brasil: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados” (Brasil, 2024, p. 18, grifo nosso), sendo função do Estado garantir esses direitos.

No caso do direito à moradia, ele envolve a garantia de recursos e condições de habitação e mobilidade para que qualquer cidadão brasileiro usufrua de uma vida digna e cidadã. Contudo, o exercício desse direito tem sido frequentemente obliterado na história do Brasil. Dados recentes, como o levantamento divulgado pelo Observatório Brasileiro de Políticas Públicas com a População em Situação de Rua da Universidade Federal de Minas Gerais (OBPopRua/POLOS-UFGM), com base em dados do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, mostrou que, em março de 2025, mais de 335 mil pessoas viviam em vias públicas no Brasil (Carneiro, 2025). Além disso, milhões de brasileiros ainda enfrentam algum tipo de restrição ao direito à moradia adequada, em seus elementos de acessibilidade econômica, habitabilidade ou segurança da posse (IBGE, 2024).

A questão habitacional no Brasil é, pois, uma pauta de extrema relevância e urgência, uma vez que a inacessibilidade e a precariedade de moradia ferem um direito constitucional e colocam milhões de pessoas em um cenário de vulnerabilidade social e subjetiva.

A luta por moradia tem sido encabeçada por uma série de movimentos sociais pelo país. Dentre eles, destacamos aqui o MLB (Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas), de âmbito nacional, que luta pela reforma urbana (MLB, 2014). Desde seu início o movimento vem crescendo e se fortalecendo, procurando mobilizar pessoas, pressionar governos e dar visibilidade à vulnerabilidade daqueles que não têm seu direito à moradia garantido (Cardoso; Romagnoli, 2023). Dentre suas principais estratégias está a ocupação de imóveis urbanos desocupados, que estão irregulares ou que não têm cumprido a função social da propriedade tal como prevista na Constituição Federal de 1988 (Brasil, 2024). Todavia, ocupar um imóvel envolve diversas dificuldades, como a complexidade logística das ações de ocupação; o risco de respostas violentas do Estado e suas instituições; as condições precárias em que se encontram muitos imóveis, abandonados há anos ou décadas (Trindade, 2017). Além disso, esses movimentos sociais são desconhecidos pela população no geral e a luta por moradia ainda é pouco compreendida, sendo frequentemente vista como uma violação ao direito de propriedade, causada por “vagabundos” ou “delinquentes”, sem análise dos contextos das ocupações e da situação social e subjetiva dos que não têm onde morar (Cardoso, 2020).

A partir dessas questões e considerando ainda a baixa quantidade de produções acadêmicas sobre o tema, esta pesquisa procura se debruçar sobre os impactos subjetivos oriundos da luta por moradia e da experiência de se residir em uma ocupação urbana. Focalizamos a realidade de pessoas moradoras da ocupação Carolina Maria de Jesus, situada em Belo Horizonte / MG. Sua história começa no dia 6 de setembro de 2017, quando duzentas famílias organizadas pelo MLB ocuparam um prédio na Avenida Afonso Pena, na altura do bairro Funcionários, localizado numa região nobre da cidade. Essa foi a primeira ocupação vertical que o movimento fez em Minas Gerais, em um edifício sem uso há dez anos, que descumpria sua função social.

Após meses de negociações com o Estado, o MLB entrou em acordo com a prefeitura e com o governo estadual para que boa parte das famílias se mudasse para um prédio no hipercentro da cidade, de doze andares, que estava abandonado há mais de 20 anos e era antes um hotel. Devido à falta de uso e de manutenção por anos, as famílias foram movidas para uma habitação vertical em situação precária, sem apartamentos devidamente equipados com estrutura de cozinha e serviço. Seu elevador original estava desativado, a estrutura de caixa e cabeamentos foram retiradas, o que obriga os moradores a subirem vários lances de escada todos os dias, além das dificuldades de acesso a água potável, energia e internet, que muitas vezes acabam faltando. Em 2025, mesmo após anos da negociação feita com o Estado, ameaças de despejo e confrontos com as autoridades seguem ocorrendo e as famílias ainda aguardam o cumprimento do acordo e das promessas feitas.

Diante do exposto, esta pesquisa teve como objetivo investigar como a realidade de vulnerabilidade social, os desafios das lutas por moradia e a experiência de integrar uma ocupação urbana afetam os processos de subjetivação dos sujeitos moradores da Ocupação Carolina Maria de Jesus. Em especial, procuramos compreender, junto dos moradores participantes da pesquisa, as formas de apropriação da própria história de vida e a construção do laço social. Realizamos, assim, uma investigação de campo qualitativa com a utilização do método Narrativas Memorialísticas apresentado a seguir. A análise da pesquisa fundamentou-se em alguns conceitos norteadores, que são aprofundados ao longo da discussão dos dados, com uma escuta psicanalítica de fenômenos sociais. São eles: desamparo; vulnerabilidade social; laço social.

## 2 PERCURSO METODOLÓGICO A PARTIR DAS NARRATIVAS MEMORIALÍSTICAS

A pesquisa contou com investigação de campo, de caráter qualitativo, na Ocupação Carolina Maria de Jesus. Portanto e foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da PUC Minas, sendo aprovada através do CAEE n. 70192323.9.0000.5137.

Inicialmente foi feito contato com a coordenação da ocupação, apresentando e explicando a pesquisa. Após esse momento, a própria coordenação fez o convite para a participação na pesquisa e quatro moradores aceitaram participar, número que consideramos adequado pelo caráter qualitativo da investigação, visando ao aprofundamento diante de processos sociais e subjetivos complexos (Minayo, 2000). Cada participante - três mulheres e um homem – recebeu, leu e assinou o TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido) da pesquisa, permitindo a gravação e utilização do material produzido.

Através o método Narrativas Memorialísticas, o trabalho no campo foi realizado em três tempos, detalhados a seguir, que procuraram associar:

[...] os aspectos históricos, a dimensão empírica dos fenômenos políticos, a presença das dinâmicas de território quando realizamos pesquisa *in loco*, as relações de poder entre pesquisador e sujeitos da pesquisa e o enlaçamento com a comunidade, [... bem como os] atravessamentos inconscientes do texto do próprio sujeito, singularidade que não se transpõe para outro corpo ou para a experiência coletiva. (Guerra; Moreira; Silva, 2022, p. 3)

O primeiro tempo – **Tempo de Narrar** – foi realizado em uma entrevista individual cada participante, iniciada com um convite: conte-me sua história de vida. Após o convite, os sujeitos participantes puderam relatar suas histórias a partir da livre associação. Seguindo as propostas de Freud (1913/1996), a livre associação é um método em que a regra fundamental consiste na proposta de que a pessoa a ser escutada fale tudo o que lhe vem à mente, podendo escolher a partir de qual ponto começará a fala. Ao mesmo tempo ela é encorajada a suspender suas críticas e objeções sobre aquilo que é falado (Freud, 1913/1996).

Após esse momento, seguimos para o segundo tempo - **Tempo de Criar** -, que incluiu o trabalho de quatro artistas no processo investigativo. O objetivo desse tempo, conforme Guerra, Moreira e Silva (2022), é produzir uma topologia horizontal de investigação científica, que considera diversos saberes como válidos, sendo eles saberes formais, informais, estéticos e pessoais. Dessa maneira, a pesquisa permite implicar pesquisadores, pesquisados e artistas sem uma hierarquia entre eles, o que subverte estruturas de saber-poder e possibilita trocas

verdadeiras com os sujeitos pesquisados e uma escuta mais sensível daquilo que pulsa na vida social.

Além disso, é importante trazer aqui o conceito de arte que Rivera (2017, p. 37) propõe: “a arte incita a subversão do sujeito sempre a se refazer, os reviramentos imaginários, os arranjos e desarranjos simbólicos que deixam entrever a dimensão Real”. O que nos faz pensar na “aposta comum entre a experiência analítica e o campo das artes: se a ver com o real”, real esse que se configura como aquilo que é “sem significação, não passível de atribuição de sentido” (Malta; Guerra; Moreira, 2020, p. 20), mas que as obras de arte podem trazer um efeito de significação para os sujeitos, mesmo que não seja em sua totalidade.

Para esta pesquisa foram convidados quatro artistas plásticos independentes e estudantes de Belas Artes da UEMG (Universidade Estadual de Minas Gerais) e UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais): Carlos Henrique Ferreira Santos, Luna Pellegrini Zanetti, Adrie Ribeiro Martins Soares Winter e Bernardo Viana Pinto. Cada artista recebeu o áudio gravado de uma das entrevistas feitas no Tempo de Narrar, de forma que cada um pudesse dialogar com uma das narrativas e produzir obras a partir dela. Os quatro artistas assinaram uma Declaração de Ciência e Autorização de Publicização de sua obra produzida.

Por fim, partimos para o terceiro tempo, o **Tempo de Partilhar**, em que os artistas, pesquisadora e entrevistados se encontraram para que as obras produzidas fossem entregues aos sujeitos narradores. Porém, vale destacar que esse momento se inicia antes mesmo do encontro presencial entre as partes envolvidas, já que, quando fizemos contato para marcar o dia do encontro, uma das entrevistadas mandou a seguinte mensagem para a coordenação da Ocupação: “huuuuu, o povo está lembrando de nós!!!”, o que nos convocou a pensar sobre a importância desse momento e a relevância da metodologia escolhida para o trabalho.

Para o encontro presencial, combinamos com os artistas um horário na própria Ocupação, de acordo com a disponibilidade de cada morador. As obras foram sendo entregues de forma individual, com a presença da pesquisadora, artista e entrevistado correspondente. Um dos entrevistados não conseguiu estar presente devido a um imprevisto, então foram entregues três obras. Em cada uma das entregas foi possível perceber a circulação de afetos entre as partes, lágrimas de emoção, sorrisos e trocas de experiências.

Após os três tempos da Narrativa, os registros de pesquisa, bem como as gravações feitas foram analisados. Foi feita uma análise psicanalítica dos discursos, que consistiu em buscar identificar pontos que se repetiram e analisar como esses pontos convergem nos discursos das pessoas entrevistadas.

Dessa forma, procuramos adotar uma atitude clínica na pesquisa, mesmo estando fora do *setting* analítico (Moreira; Oliveira; Costa, 2018). Assim, a escuta foi parte fundamental para as análises, escuta essa que envolveu “[...] abertura e disponibilidade do analista [pesquisadora] (preparado) em acolher o que vier por parte do paciente [pesquisado], esforçando-se para poder elaborar a situação emergente e devolvê-la por uma atitude de continência e interpretação” (França, 2017, p. 218).

Os dados produzidos a partir da pesquisa se mostraram com conteúdo muito rico e diverso. Neste artigo, optamos por focar os pontos de convergência presentes em todas as narrativas, com as interpretações feitas *a posteriori*.

Por fim, é importante explicitar que não há aqui a pretensão de produzir análises totalizantes, que reduziriam as vivências das pessoas moradoras de ocupações urbanas ao que está sendo analisado aqui a partir das quatro narrativas desta pesquisa. O que se propõe é compreender, junto das pessoas moradoras da Ocupação Carolina Maria de Jesus entrevistadas, as diferentes formas de apropriação da própria história de vida, levando em conta que “o próprio funcionamento do objeto de estudo da psicanálise, o inconsciente, não se revelando de maneira total, permite ao pesquisador construir apenas saberes parciais” (Moreira; Oliveira; Costa, 2018, p. 136). Para a psicanálise, o real é impossível de ser traduzido e reduzido ao campo da linguagem, impondo sempre um limite (Moreira; Oliveira; Costa, 2018).

### 3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DE DADOS

A análise apresentada a seguir conta com três eixos. No primeiro, abordamos o conceito freudiano de desamparo, como condição estrutural que se singulariza na história de cada sujeito e que, no caso de moradores de ocupações urbanas, articula-se à sua condição de vulnerabilidade social. Essa vulnerabilidade, entendida em uma perspectiva multidimensional, envolve carências materiais, invisibilidade social, violências e ausência de direitos e cujos efeitos psíquicos são mapeados nas narrativas dos participantes da pesquisa. O segundo eixo apresenta o papel do MLB e da Ocupação Carolina Maria de Jesus na vida dos entrevistados, investigando a importância do laço social, tal como concebido pela psicanálise, e seu papel frente ao desamparo e à vulnerabilidade social. Por fim, analisamos o compromisso social da própria pesquisa e seu papel simbólico para os participantes.

### 3.1 Desamparo e vulnerabilidade diante do Estado

Freud (1895/1996) traz a consideração de que o desamparo humano é estrutural. Ele se dá em consequência da falta de preparo do corpo humano assim que ocorre o seu nascimento, já que existem necessidades vitais que, devido a uma incapacidade biológica, precisam ser atendidas por um outro sujeito humano, de forma que:

[...] a ajuda necessária será encontrada na figura de um adulto que passará a responder aos sinais de apelo do bebê. Essa comunicação, que ocorre e que se estabelece entre o bebê e a sua mãe, é de extrema importância para o desenvolvimento psicológico. O sentimento de desamparo, portanto, aparece já nas primeiras experiências da vida, como resultado da incompletude do organismo, de sua necessidade de realizar trocas com o mundo e da extrema dependência da ajuda de outros. (Oliveira; Resstel; Justo, 2014, p. 21)

Segundo Cavalcanti e Poli (2015), “o desamparo (*Hilflosigkeit*) se singulariza na história de cada sujeito, a partir da relação de dependência com aquele ou aquela que cuida” (p. 66). Esse cuidador pode ser uma pessoa, seja numa relação parental ou não, pode ser uma instituição ou até mesmo o Estado. No caso das pessoas moradoras de ocupações urbanas, é importante considerar o desamparo ligado à sua relação com o Estado, visto que se trata de pessoas que não têm o direito da moradia garantido por ele, o que as coloca em uma condição de vulnerabilidade, da qual dificilmente conseguem sair por elas mesmas.

Nesse contexto, vale retomar o conceito de vulnerabilidade social, como sendo “o déficit negativo entre a disponibilidade dos recursos materiais ou simbólicos dos atores sociais, sejam eles indivíduos ou grupos, e o acesso à estrutura de oportunidades que a sociedade oferece a essas populações” (Furtado, 2022, p. 40). Ela se configura, assim, através de uma relação com um Outro desamparador, que é aquele que não oferta um lugar para os sujeitos em suas ações, que não os permite o acesso a direitos e oportunidades, relegando-os a um lugar de abandono, um lugar de fazer morrer (Guerra; Januzzi, 2020).

Os dados sobre a questão habitacional no Brasil mostram as contradições que contribuem para essa situação. Segundo dados atualizados em 2024 pela Fundação João Pinheiro (Campos, 2024), o déficit habitacional do país está em cerca de seis milhões de domicílios. Ao passo que se estima que onze milhões de casas e apartamentos estejam vazios no Brasil. Em Belo Horizonte:

[...] a dificuldade para mapear imóveis ociosos no hipercentro é emblemática. Enquanto o déficit habitacional da cidade alcança números alarmantes, milhares de imóveis permanecem vazios ou subutilizados. Dados do IBGE e de concessionárias

locais, como a Cemig e a Copasa, revelam que a capital mineira possui mais de 200 mil instalações elétricas inativas e 52 mil imóveis sem consumo de água registrado. Ainda assim, as informações permanecem desconexas, dificultando a aplicação de instrumentos como o Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsória (PEUC), previsto no Plano Diretor. (Canettieri; França, 2025, s/p)

Canettieri e França (2025) ainda destacam que não se trata apenas de um problema técnico. A ausência de informações integradas e bem utilizadas pelo Estado para o desenvolvimento de políticas públicas e de normas que regulamentam o uso do espaço urbano, alimentam a especulação imobiliária e favorecem a retenção estratégica de imóveis por proprietários que aguardam valorização do mercado, enquanto pessoas socioeconomicamente vulneráveis são empurradas para migrações intraurbanas, deslocando-se entre periferias em busca de recursos de infraestrutura e transporte, ou vivendo em situação de rua.

As pessoas participantes desta pesquisa faziam parte da população sem moradia, vivendo em condições de vida precarizadas, alheias ao amparo do Estado, até encontrarem no MLB uma saída. Através de suas narrativas, pudemos perceber que cada uma delas teve seus motivos para estar na situação de falta de acesso à moradia. Em todos os casos, viram-se sem recursos próprios para conseguir moradia, sem rede de apoio familiar, sem proteção estatal.

Ana explica que tinha casa, mas precisou sair dela por problemas familiares. Já Maria conta que ficou desempregada, não deu conta de pagar o aluguel, foi ameaçada pelo proprietário e acabou saindo da casa alugada. Joana, por sua vez, explica que, quando seu patrão descobriu que estava grávida, a mandou embora do emprego, assim como seu pai a expulsou de casa. “Como eu não tinha lugar, eu não tinha parente, ninguém aceitava porque era naquele tempo antigo. Ah, mulher que arruma filho é muito desvalorizada, né? E eu tive que morar nas ruas de Belo Horizonte” (Joana).

Sem casa, sem ter onde morar, essas pessoas deparam-se com um desamparo, que não pode desconsiderar o papel do Estado. De fato, o Estado torna-se “o Outro social que abandonou o sujeito à margem da sociedade, o Outro das políticas públicas que o mantém invisível às suas ações” (Guerra; Januzzi, 2020, p. 96). Nesse sentido, quando o Estado não fornece o necessário cuidado para sua população, especialmente para as parcelas mais vulneráveis, descumprindo, entre outros, o direito constitucional à moradia, vemos que muitos sujeitos são empurrados para uma vivência do desamparo estrutural potencializado pela ausência da proteção estatal.

Os entrevistados buscaram uma alternativa através do MLB e da Ocupação Carolina Maria de Jesus, onde encontraram um local para morar. Porém, a relação com os aparelhos de Estado continua sendo de desamparo. Ana nos conta que, nas negociações com o Estado após a ocupação do prédio na Avenida Afonso Pena, a COHAB (Companhia de Habitação do Estado

de Minas Gerais), que possui a finalidade de combater o déficit habitacional e urbanizar vilas e favelas, cedeu o atual prédio e se comprometeu a pagar o aluguel de todas as pessoas que estavam morando lá. Mas, segundo a entrevistada, não houve o cumprimento daquilo que foi acordado:

[...] a COHAB ia pagar o aluguel de todo mundo, só que aconteceu que a COHAB não cumpriu com o contrato que fez com o MLB, pagou uns tempos e depois parou de pagar [...] foi quebra de contrato. [...] E nesse contrato também falava que ia priorizar comprar o prédio para fazer nossa moradia. (Ana)

Quando o órgão do governo responsável por combater o déficit habitacional não se compromete verdadeiramente com o objetivo de sua existência, percebemos que isso repercute nas populações que dependem de suas ações, aumentando o desamparo e a vulnerabilidade. Ana ainda conta que “[...] a gente está lutando até hoje pra [o Estado] comprar o prédio, e tá sendo muito difícil, uma luta cada dia, uma luta”.

Os entrevistados demonstram que gostariam de ter sua situação regularizada, já que a falta disso, ou seja, não ter os apartamentos com a posse regular, os deixa numa situação instável, o tempo todo em risco de despejo e de sofrerem ações violentas de órgãos como a polícia: “É, [a gente] tem medo, que é uma coisa que você tá ali com medo de polícia invadir, ser agredida” (Maria).

Além disso, é necessário ampliar as reflexões, incluindo o cuidado do Outro não apenas a partir do Estado, mas também abrangendo outros sujeitos e instituições que fazem parte do campo social. Isso porque o estatuto do desamparo em Freud é intrinsecamente articulado ao campo do Outro, o que envolve o tecido social como um todo nas ações capazes de re-conhecer o sujeito enquanto tal (Guerra; Januzzi, 2020).

Nas entrevistas aqui analisadas, escutamos como o reconhecimento do Outro, ou a falta dele, tem impacto na vida dessas pessoas. Escutamos falas como a de Ana: “É muito humilhante, as pessoas de fora vê a gente como vagabundos, é, pessoas sem serviço”. E de Joana: “Nós somos muito discriminados né, porque quem mora na ocupação o povo não vê que é uma pessoa trabalhadora e tal”.

Para os entrevistados, o olhar do Outro, aqui considerado como “as pessoas de fora da ocupação”, incide nessas pessoas como um rótulo. Se por um lado o “reconhecimento remete para a interação social que estimula o indivíduo fornecendo-lhe a prova da sua existência e a sua valorização aos olhos do outro e dos outros” (Paugam, 2009, p. 63), o contrário disso, ou

seja, a falta de reconhecimento, traz a desvalorização e “o não reconhecimento dos direitos civis, políticos e sociais” (Rosa, 2012, p. 4).

Nesse sentido, podemos perceber que os preconceitos e as violências também compõem a condição de vulnerabilidade das pessoas entrevistadas. Por isso, cumpre considerar a vulnerabilidade de forma mais ampliada do que apenas a ausência de moradia ou as ações ou omissões dos aparatos estatais.

Aqui nos parece importante ressaltar que o conceito de vulnerabilidade deve ser visto como multidimensional e, por isso, não estamos considerando apenas os recursos socioeconômicos e de habitação, mas também “[...] fatores ligados à falta de escolaridade, preconceitos, violência doméstica e urbana que afetam o sujeito em sua dimensão identitária e subjetiva no laço social. [...] Ser vulnerável significa estar em posição de exclusão no laço social, em desvantagem perante as desigualdades e com déficits no acesso aos direitos básicos e à cidadania” (Furtado, 2022, p. 12).

Essa exclusão e a subjacente potencialização do desamparo que ela institui se constituem como obstáculos para a elaboração psíquica e para a luta social diante da ausência de moradia. E, assim, “quando uma vivência não pode ser elaborada, transformada em narrativa e assim em experiência – quando não se pode dar sentido a ela – há um problema para o psiquismo” (Kemper, 2013, p. 116). Como consequência, em sujeitos mais vulnerabilizados, elementos dos traumas vividos podem acabar se manifestando em expressões mortíferas como a depressão e a toxicomania (Kemper, 2013), que puderam ser notadas nas narrativas.

A entrevistada Ana nos diz que: “As pessoas têm muito problema aqui, é, tem muito caso de *depressão*, muitas pessoas, é, pensou em suicídio” Já José explica que: “[...] só que aí, quando eu cheguei aqui [em Belo Horizonte], eu comecei a usar crack, aí eu fiquei uns cinco anos da minha vida usando *crack*, e estragando tudo, perdendo tudo e por aí vai (...), perdi até a casa”. A partir dessas falas podemos ver como “o desamparo e o isolamento dificultam a elaboração de situações traumáticas, de excesso pulsional, ocasionando um transbordamento que pode se desdobrar em comportamentos destrutivos” (Kemper, 2013, p. 122),

A constância do abuso de álcool e outras drogas na ocupação, tal como relatado pelos entrevistados, parece reforçar a ideia de que a toxicomania – “[...] um dos [métodos] mais eficazes na falsa ilusão do homem de neutralização de sua condição de desamparo perante a angústia e o sofrimento” (Furtado, 2022, p. 35) – aprofunda-se em pessoas em situação de grande vulnerabilidade social.

Com relação à depressão e, no extremo, ao suicídio, bem como às violências intrafamiliares e comunitárias também relatadas pelos entrevistados, podemos pensá-las como

formas de expressão do sofrimento advindo da exclusão e da impossibilidade de reconhecimento e participação no pacto social (Bastos, 2005). “Quando a vida está empobrecida a ponto de não existirem alvos para canalizar a pulsão, esta se apresenta de forma disruptiva e destrutiva, seja contra o próprio sujeito, seja contra o exterior.” (Kemper, 2013, p. 112).

### 3.2 Ocupação Carolina Maria de Jesus: uma aposta no laço social

Através da escuta das narrativas foi possível notar que descobrir o MLB e a Ocupação Carolina Maria de Jesus transformou a vida das pessoas entrevistadas, que relataram como se sentiram seguras e acolhidas ali: “Quando eu vim pra ocupação, eu expliquei minha situação, eles me... Como diz? É... Me abraçaram e eu entrei pra ocupação” (Joana).

Isso nos faz pensar sobre a importância dos laços sociais, que ofertam aos sujeitos proteção e reconhecimento para a existência social, de maneira que eles são alicerçantes para os indivíduos (Rosa, 2012), podendo ser entendidos como uma saída para o desamparo. O reconhecimento pode ser considerado, de fato, como o que “[...] nomeia o sujeito não somente aos outros, mas para ele próprio. Assim, a impossibilidade de reconhecimento e de inscrições grupais e sociais ameaça o desenvolvimento narcísico-identitário, reduzindo as referências identificatórias e, portanto, as possibilidades criativas de existência” (Kemper, 2013, p. 109).

As seguintes falas ilustram a importância do reconhecimento e pertencimento para os entrevistados. Joana destaca: “Com a ocupação Carolina Maria de Jesus, aprendi muitas coisas. [...] Amor ao próximo. Você aprende muita coisa aqui. É como diz, é uma vida que você aprende”. Já Maria e Ana ponderam:

A união faz a força aqui dentro [...], de muitas formas sou grata ao movimento, ao MLB que me ajudou tanto. [...] Parece que é uma grande família aqui. [...] Se eu tivesse lá fora hoje, no aluguel, eu ia viver minha vida, eu ia estar correndo atrás, pagando aluguel, eu não ia ter que dividir nada com ninguém. Eu não ia saber esse negócio de pensar no próximo, que é o coletivo. (Maria)

Eu, que praticamente não tenho família, que meus filhos me abandonou, então, aqui é uma, é uma família, eu me sinto assim como se eu tivesse com a minha família, as pessoas ajudam muito, quando eu adoeci, as pessoas iam lá, limpava minha casa para mim, lavava minha roupa. Então, graças a Deus, eu assim, hoje, hoje eu, que já morei em bairro, pagando aluguel, tinha minha casa, hoje eu vejo que aqui na ocupação foi o melhor lugar. (Ana)

Viñar (2010) nos lembra que o laço social é essencial para a sustentação do pertencimento a um grupo e para o reconhecimento, de forma a proteger os sujeitos da vulnerabilidade. Nesse sentido, é possível perceber uma aproximação do que nos fala Ana com

o que Gama, Onocko-Campos e Ferrer (2014), citando Milton Santos (2017), nos dizem sobre as produções que os laços sociais podem gerar. Ana relata:

Então assim, a gente conversa muito, a gente faz muito café, entendeu? Assim de mulheres, então a gente conversa muito e isso ajuda muito. [...] Assim, no Natal, é, tem a ceia para todo mundo, é, no dia das mães tem festa, no dia das crianças tem festa, então assim, a gente não sente tão sozinho, principalmente a pessoa quando está idosa, aí, não sente tão sozinho assim, porque tem outras pessoas que ajudam. (Ana)

Gama, Onocko-Campos e Ferrer (2014), por sua vez, lembram das ponderações de Milton Santos (2017):

[...] a precariedade da existência de uma parcela importante da população produz atores sociais que vão exercer diversos tipos de ações no sentido de construção de modelos de adaptação que têm características instáveis, plásticas e criativas embasados em relações de *solidariedade*. Esta condição propiciaria uma espécie de abertura nos espaços onde vivem os pobres que favoreceria espaços aproximativos e de criatividade. Em algumas situações, ocorreria a produção de novos debates sobre a realidade cotidiana, novos usos e finalidades para objetos e técnicas, novas práticas e novas normas na vida social e afetiva. (Santos *apud* Gama; Onocko-Campos; Ferrer, 2014, p.79, grifo nosso)

Desse modo, a partir das possibilidades que a Ocupação Carolina Maria de Jesus traz para seus moradores, saídas vão sendo construídas em rede, colocando os sujeitos para exercerem sua criatividade em busca de elaborar soluções, sentidos e significados para aquele espaço e para as vivências de cada um, seja nas situações vividas anteriormente à ocupação ou situações vividas ali dentro. Além dessas saídas subjetivas, o espaço também vai sendo transformado de forma coletiva:

[...] tinha cozinha que era, fazia comida para todo mundo, então a gente tinha que descer para almoçar, para jantar, para tomar café. É, tinha que descer pra buscar água. Agora tem água, é quando nós viemos para aqui, nem luz tinha nem água, tinha nada, aí a gente colocou a água, colocou a luz. É... Demos algumas, algumas arrumadas nos apartamento é, a gente tirou todo o lixo que estava aqui, que deu mais ou menos uns cem caminhões de lixo. Então foi muita coisa, foi, foi muito pesado o trabalho. (Ana)

### **3.3 Reconhecimento e compromisso social: o papel da pesquisa**

Todas as construções feitas por essas pessoas nos levam a pensar que é “a partir de um ambiente de experiências satisfatórias que o sujeito pode construir uma base sólida de elaboração psíquica, de simbolização das tensões encontradas pelo psiquismo. Esta capacidade permite e marca a relação com o outro e a constituição subjetiva” (Kemper, 2013, p. 116), o

que se traduz na fala de Ana ao explicar que: “[...] tinha muita depressão, aí aqui a depressão foi curada, é... A vida era mais difícil no bairro, aqui a vida é mais fácil”.

O exposto nos coloca a refletir sobre a necessidade de termos um outro olhar sobre as pessoas que se encontram em situações de vulnerabilidade, um olhar que se estenda para além de estigmas e preconceitos que essas populações historicamente carregam. É importante adotarmos uma perspectiva respeitosa, já que “o existir de cada um só se sustenta no reconhecimento *respeitoso* da existência do outro.” (Bastos, 2005, p. 59). Além disso, é importante considerar as potências e possibilidades de ação e criação desses sujeitos, inclusive para o tecido social mais amplo.

É muito humilhante, as pessoas de fora vê a gente como vagabundos, é pessoas sem serviço. Mas quando as pessoas vêm aqui, visitam, vê, a coisa é diferente, mora muita família honesta aqui dentro, tem criança, é, tem idosos, então assim, não é o que as pessoas pensam lá fora. [...] Eu não sabia que viver na ocupação era isso, do jeito que a gente vive hoje. Eu também enxergava de outro jeito. Igual as pessoas. Eu também achava que, só fica, só tinha drogas, só tinha vagabundo, só pessoa que não trabalhava. Eu também pensava assim, mas quando eu vim, eu achei que eu não ia ficar e já tem seis anos que eu tô aqui. E assim, para mim, foi o melhor lugar, sabe? Então é muito bom. (Ana)

Nesse sentido, o Tempo de Partilhar, com o encontro dos participantes com os artistas, também nos convocou a pensar sobre o reconhecimento. Primeiro, quando pensamos na denominação dessa etapa do método, já há o sentido de compartilhamento, ou seja, uma partilha de afetos e experiências que pode contribuir para o laço social.

A partilha das obras, produzidas a partir das histórias de vida narradas, mostrou a força conectiva para os participantes de vivenciar suas existências reconhecidas e afirmadas através da arte.

Uma fala nos chamou atenção, quando uma das entrevistadas nos conta que ficou muito feliz de ter participado da pesquisa e, especialmente, de ter acontecido o momento de partilha. Segundo ela, muitas pessoas vão na Ocupação, fazem pesquisas e não levam nenhum retorno, o que gera frustração e um sentimento de desvalorização. Esse sentimento de reconhecimento também pôde ser notado quando, toda vez que alguém passava por nós no momento de partilha, ela convocava as pessoas para verem o quadro que havia recebido e dizia: “Olha só, estou sendo homenageada!” (Ana).

Destacamos ainda que, ao receber a obra (um quadro) do artista e observá-la, uma das entrevistadas afirma que ele conseguiu representar muito bem tudo aquilo que ela viveu e que isso a havia deixado emocionada. Em seguida, ela pendura o quadro na parede e diz que sempre

que alguém perguntar o que é aquela obra, ela vai poder contar sobre a experiência – uma experiência de pesquisa, mas também de vida e produção de sentido para a própria história.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisarmos as narrativas da pesquisa, vários elementos surgiram e optamos aqui por destrinchar aqueles que se mostraram como pontos em comum entre elas, mesmo que cada uma tenha sua singularidade dentro da história dos sujeitos. Esses aspectos nos levaram a pensar sobre os conceitos de desamparo, vulnerabilidade e laço social, que foram essenciais para o entendimento das dinâmicas apresentadas nos discursos.

As entrevistas nos colocaram a pensar sobre o papel do Estado e suas instituições na vida das pessoas entrevistadas, podendo se configurar como um triste potencializador do desamparo estrutural, com capacidade de produzir vulnerabilidades, marcando a trajetória de vidas e os processos de subjetivação.

Entendemos que o desamparo e a vulnerabilidade fazem parte da condição humana, mas, ao longo da vida, isso vai se atualizando de acordo com a trajetória de cada um, com as condições socioculturais, econômicas, políticas, comunitárias, ambientais e outras, que lhe são impostas e marcam o percurso. Essas marcas apareceram aqui de várias formas, como na depressão, toxicomania, tentativa de suicídio e violências. Silva (2020) nos faz refletir sobre qual o papel que o Estado tem representado na vida dessas pessoas, quando nos diz:

A vulnerabilidade, ou seja, as formas pelas quais corpos se tornam vulneráveis à ação dos outros, é tanto parte da condição que atravessa a vida física, como o exercício político do poder sobre alguns corpos de forma acentuada. Nesta perspectiva, a violência se torna a prática pela qual o poder legitima sua produção de precariedade, os modos de produção de vidas precárias. Práticas políticas que produzem a alocação diferencial da vulnerabilidade nos corpos. (Silva, 2020, p. 9)

Nesse cenário, é preciso considerar ainda a multidimensionalidade da vulnerabilidade, que envolve tanto a falta de recursos materiais e econômicos quanto a falta de recursos simbólicos. Kemper (2013) nos traz que:

[...] a falta de um suporte simbólico, de uma rede social que ofereça um apoio ao sujeito, representa um empobrecimento da possibilidade de fazer mediação e de dar sentido aos excessos pulsionais, às situações-limite. Sem esse suporte, há um comprometimento do pensamento, do narcisismo, da identidade e a vivência é da ordem do horror e da violência. Portanto, a exclusão, no sentido da perda de laços e de pertencimento, tem como consequência a ameaça ao processo de simbolização. (Kemper, 2013, p. 117)

A partir da pesquisa realizada, consideramos que a comunidade criada na Ocupação Carolina Maria de Jesus se mostra como suporte material e simbólico, como uma saída frente ao desamparo vivido por seus integrantes. O laço social proporcionado pela vivência comunitária na ocupação aparece como suporte e possibilidade de enlaçamento da e na vida. A ocupação emerge na fala das pessoas entrevistadas como um local de acolhimento, ensinamentos, apoio e proteção.

Cabe também ressaltar a importância do uso de uma metodologia de pesquisa que se utilizou de uma topologia horizontal, excluindo uma hierarquia de saberes para o desenvolvimento da investigação. Nela, a presença da arte na pesquisa foi um ponto relevante para todos os participantes do processo, o que inclui as próprias pesquisadoras, que vivenciaram efeitos dessa experiência transversal pesquisa-e-arte. Os afetos produzidos nos fizeram pensar sobre a importância da abertura de sentidos – o que a arte propicia – em pesquisas científicas que envolvem seres humanos. Consideramos que cabe, em estudos posteriores, aprofundarmos as reflexões sobre como a arte pode contribuir para amplificar a produção dos dados de pesquisa para além das categorizações e hipóteses *a priori* e para sustentar uma postura ético-estética mais sensível à Vida e ao Real.

Por fim, salientamos que a pesquisa reforça, como tantos estudos, a demanda por políticas públicas mais bem construídas e executadas em favor das pessoas em situação de vulnerabilidade e exclusão, em favor da ampliação do direito à moradia como condição para a dignidade da vida humana e para a redução da desigualdade histórica do país.

## REFERÊNCIAS

BASTOS, Liana Albernaz de Melo. Exclusão social: aspectos traumáticos da violência contemporânea. *Revista Brasileira de Psicanálise*, São Paulo, v. 39, n. 4, 2005.

BRASIL [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Texto atualizado. Brasília, DF: Senado Federal, 2024. Disponível em: <https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988-10-05;1988> Acesso: 10 abr. 2025.

CAMPOS, Ana Cristina. Brasil registra déficit habitacional de 6 milhões de domicílios. Agência Brasil. Rio de Janeiro, 24/04/2024.

CANETTI, Thiago; FRANÇA, Júlia. Capitais brasileiras têm mais imóveis vazios do que pessoas sem teto, mas falta política contra especuladores. Observatório das Metrópoles, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 24/04/2025. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetroles.net.br/capitais-brasileiras-tem-mais-imoveis->

vazios-do-que-pessoas-sem-teto-mas-falta-politica-contra-especuladores/ Acesso: 21 mai. 2025.

CARDOSO, Maria Luiza Marques. Famílias e brasis: uma cartografia socio-subjetiva. Tese (Doutorado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.

CARDOSO, Maria Luiza Marques; ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. Uma máquina de guerra por moradia: assujeitamentos e resistências. *Revista Polis e Psique*, v. 13, n. 3, p. 120-146, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/2238-152x.133266> Acesso em: 10 abr. 2025.

CARNEIRO, Alexandre. BH tem 14 454 pessoas vivendo em situação de rua; no Brasil, são 335 mil. *Jornal Estado de Minas*, Belo Horizonte, 14 abr. 2025. Disponível em: <https://www.em.com.br/gerais/2025/04/7110392-bh-tem-14-454-pessoas-vivendo-em-situacao-de-rua-no-brasil-sao-335-mil.html>. Acesso em: 4 jul. 2025.

CAVALCANTI, Cristina Aparecida Tannure; POLI, Maria Cristina. Da tutela à participação: a trama paradoxal da proteção jurídica da infância e juventude no Brasil. *Interthesis: Revista Internacional de Filosofia e Ciências Humanas*, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 55–73, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/1807-1384.2015v12n2p55>. Acesso em: 01 out. 2023.

FRANÇA, João Baptista N. F. Atitude psicanalítica. *Jornal de Psicanálise*, São Paulo, v. 50, n. 93, p. 213 - 221, dez. 2017. Disponível em: [https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-58352017000200016](https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-58352017000200016). Acesso em: 2 nov. 2023.

FREUD, Sigmund. Projeto para uma psicologia científica (1895). In: FREUD, Sigmund. *Publicações pré-psicanalíticas e esboços inéditos (1886–1899)*. Tradução de Jayme Salomão. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. I, Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FREUD, Sigmund. Sobre o início do tratamento (1913). In: FREUD, Sigmund. *Novas recomendações sobre a técnica da psicanálise*. Tradução de Jayme Salomão. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. XII, Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FURTADO, Wenderson Silva. A clínica psicanalítica na contemporaneidade e as populações em situações de vulnerabilidade social: desafios e possibilidades. Monografia (Graduação em Psicologia) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 29 jul. 2022. Disponível em: <https://monografias.ufma.br/jspui/handle/123456789/6196>. Acesso em: 2 nov. 2023.

GAMA, Carlos Alberto Pegolo da; ONOCKO-CAMPOS, Rosana Teresa; FERRER, Ana Luiza. Saúde mental e vulnerabilidade social: a direção do tratamento. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental (Online)*, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 69–84, mar. 2014. Disponível em: [http://old.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-47142014000100006](http://old.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-47142014000100006). Acesso em: 14 set. 2023.

GUERRA, Andrea Maris C.; JANUZZI, Monica Eulália S. Vulnerabilidade social e as modalidades do desamparo em Freud: desamparo estrutural, radical e generalizado. *Revista*

aSEPHallus de Orientação Lacaniana, v.15, n. 30, p. 80-100, 2020. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1177869>. Acesso em: 15 out. 2023

GUERRA, Andrea Maris C.; MOREIRA, Jacqueline de O.; SILVA, Ana Carolina D. Narrativas memorialísticas e arte na cena da pesquisa psicanalítica de fenômenos sociais. Psicologia em estudo, Belo Horizonte, v. 27, n. e 47143, p. 1-16. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/CWhsC7HbFc7hqWdxkSmCttv/#>. Acesso em: 14 mar. 2023.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Características gerais dos domicílios e dos moradores 2023. Pnad Contínua. Brasília, DF: IBGE, 2024. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102158\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102158_informativo.pdf) Acesso em: 15 abr. 2025.

KEMPER, Maria Lenz C. Invisibilidade, identidade e laço social na contemporaneidade: sobre a exclusão nas esferas psíquica e social. Cadernos de Psicanálise - CPRJ, v. 35 n. 29, p. 105-125, 2013. Disponível em: [https://www.cprj.com.br/imagenscadernos/caderno29\\_pdf/CADERNOS-DE-PSICANALISE\\_29\\_SONHOS\\_2013\\_105-A-125.pdf](https://www.cprj.com.br/imagenscadernos/caderno29_pdf/CADERNOS-DE-PSICANALISE_29_SONHOS_2013_105-A-125.pdf) Acesso em: 22 nov. 2023

MALTA, Amanda Lessa, GUERRA, Andréa Maris C., MOREIRA, Jacqueline Oliveira. As narrativas memorialísticas como estratégia de pesquisa psicanalítica de fenômenos sociais complexos. In.: GUERRA, Andréa Maris C., MOREIRA, Jacqueline Oliveira. (Orgs.), Adolescências e narrativas memorialísticas: escutando apostas inconscientes 1. ed. – Santa Cruz do Sul : EDUNISC, 2020 pp. 15-25.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 2000.

MLB. Quem Somos. 2014. Disponível em: <https://www.mlbbrazil.org/quem-somos> Acesso em: 22 nov. 2022.

MOREIRA, Jacqueline de Oliveira; OLIVEIRA, Nathiële Araujo; COSTA, Ethyene Andrade. Psicanálise e pesquisa científica: o pesquisador na posição de analisante. Tempo psicanalítico, Rio de Janeiro, v. 50, n. 2, p. 119-142, dez. 2018. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-48382018000200007&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-48382018000200007&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 07 jul. 2023.

OLIVEIRA, Adriana Aparecida Almeida de; RESSTEL, Cizina Célia Fernandes Pereira; JUSTO, José Sterza. Desamparo Psíquico Na Contemporaneidade. Revista Psicologia da UNESP, Assis, v. 13, n. 1, p. 21-32, jan. 2014. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1984-90442014000100003&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-90442014000100003&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 07 jul. 2023.

PAUGAM, Serge. Le lien social. (2ª Edição). Paris: Puf, 2009.

RIVERA, Tania. Dossiê Arte e Psicanálise: O avesso do imaginário. Revista Cult, v. 20, n. 225, p. 34-37, 2017.

ROSA, Vânia Sofia Lopes Martins. Laços sociais e capital social nas narrativas das pessoas em situação de sem-abrigo. 2012. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Instituto

Superior Miguel Torga, Coimbra, set. 2012. Disponível em: <https://repositorio.ismt.pt/server/api/core/bitstreams/1cdc235e-d405-41b3-a37f-1397af54da62/content>. Acesso em: 08 jul. 2022.

SILVA, Robson Guedes da. Biopolítica, precariedade e educação: um ensaio de pensamento com Butler e Foucault. *Linhas Críticas*, [S. l.], v. 26, p. e32333, 2020. DOI: 10.26512/lc.v26.2020.32333. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/32333>. Acesso em: 03 jul. 2023.

TRINDADE, Thiago Aparecido. O que significam as ocupações de imóveis em áreas centrais? *Caderno CRH*, v. 30, n. 79, p. 157 – 173, jan. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/Zs6xZwtq5yxZytrV4XCnHVb/?lang=pt#> Acesso em: 29 nov. 2022.

VINAR, Marcelo. Humano - inumano: os limites do humano. *Jornal de psicanálise*, São Paulo, v. 43, n. 78, p. 211-216, jun. 2010. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-58352010000100014&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-58352010000100014&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 10 set. 2023.